

Setúbal aposta no ambiente!

Adesão à rede Green City Acoord

DESTAQUE

Setúbal, cidade verde

A Câmara Municipal de Setúbal aprovou, em reunião pública, a adesão à rede de cidades europeias Green City Accord (Acordo das Cidades Verdes), que permite reforçar a capacidade técnica do município na implementação de políticas ambientais.

A rede envolve 125 cidades de 22 países europeus, entre as quais 31 cidades portuguesas, alinhadas no compromisso de se tornarem mais verdes, limpas e com mais qualidade de vida.

As cidades signatárias do Acordo das Cidades Verdes “têm acesso a um conjunto de diretrizes que os capacitam para enfrentarem os desafios ambientais, implementarem o Pacto Ecológico Europeu e a legislação ambiental da União Europeia e concretizarem os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, destaca a deliberação camarária.

A adesão de Setúbal apresenta um conjunto de vantagens, como o acesso a comunicação direta com as cidades que partilham os mesmos objetivos, o reconhecimento em toda a Europa pelas boas práticas e desempenho ambiental e o aumento da transparência, responsabilidade e credibilidade junto da comunidade local.

O acesso a informação sobre as oportunidades de financiamento da União Europeia, o incremento das possibilidades de ostentar o título de Capital Verde Europeia e a participação em eventos, intercâmbios de boas práticas e oportunidades de formação são outros benefícios.

Os aderentes do Acordo das Cidades Verdes, que complementa o Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia, comprometem-se a tomar medidas em cinco áreas prioritárias para atingir as metas acordadas até 2030 e incrementar a implementação do Pacto Ecológico Europeu.

A cada três anos, as cidades signatárias devem reportar os progressos utilizando um conjunto de indicadores obrigatórios a cumprir em cada uma das áreas, designadamente Qualidade do Ar, Natureza e Biodiversidade, Resíduos, Economia Circular e Água e Ruído.

Fonte: Ambiente Magazine

MIRR 2025 - Tarefa terminada

Agora que terminou o período obrigatório de reporte dos resíduos de 2025 alertamos os Associados para a necessidade de manter o seu arquivo de eGARs e respetivo MIRR de modo a poder fazer prova perante pedido de qualquer entidade fiscalizadora.

Solventes e Gases Fluorados

Alguns associados têm ainda pela frente a avaliação e reporte sobre o volume de Solventes consumidos nas suas atividades, a cumprir até ao final do mês em curso.

No caso dos Gases Fluorados, recordamos que devem enviar-nos os ficheiros excel rapidamente para conferência. A partir de Abril iremos começar o envio dos reportes à APA por email.

Novo Associado

Damos as boas vindas ao nosso recente Associado Richard Luís Evaristo que abriu em Março o seu estabelecimento na zona de Sousel. Estivemos presentes na abertura.



artigo de divulgação:

Balanco de 2025: Crimes Ambientais

Mais de 22 mil toneladas de resíduos foram apreendidas numa operação contra crimes ambientais que envolveu cinco entidades nacionais, da qual resultou também 195 multas e a deteção de quatro crimes.

O balanço foi apresentado em comunicado, embora as ações de investigação e fiscalização, sobre o cumprimento das normas ambientais associadas à correta gestão de resíduos, tenham decorrido entre os meses de agosto e dezembro do ano passado.

O objetivo da Operação “Custos Viridis” da Europol e que em Portugal foi coordenada pela Guarda Nacional Republicana foi prevenir, investigar, detetar e reprimir práticas suscetíveis de constituir uma ameaça à contaminação dos solos, das águas e do ar.

“O crime ambiental constitui uma ameaça crescente, frequentemente associada a outras formas de criminalidade, como a fraude documental, a corrupção e o branqueamento de capitais”, indica um comunicado conjunto divulgado pela GNR, explicando que por isso as autoridades portuguesas, em articulação com a Europol e outros parceiros internacionais, têm vindo a reforçar a cooperação para prevenir e combater esse tipo de criminalidade.

As autoridades, diz-se no documento, reafirmam o compromisso na prevenção e combate ao crime ambiental, “demonstrando que a exploração ilegal dos recursos naturais será alvo de uma resposta determinada e articulada”.

Coordenada pela GNR, através do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), a operação agora divulgada teve a colaboração da PSP, da Polícia Marítima (PM), da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT).

As ações de fiscalização e investigação do cumprimento da lei centraram-se em locais de operações relacionadas com resíduos, como centros de tratamento ou aterros, ou locais de produção de resíduos, em atividades que contribuam para contaminações (solo, ar ou água), em locais de deposição ou recolha ilegal de resíduos (como bermas de estradas), ou em movimentos de transporte de resíduos.

Ao todo, as cinco entidades realizaram 317 inspeções (241 a GNR), de que resultaram 195 contraordenações. Das contraordenações 158 foram a cargo da GNR, entidade que também instaurou os quatro autos de notícia por crime. Foram instauradas 72 ações relacionadas com poluição e 190 relacionadas com resíduos.

A Autoridade Tributária e Aduaneira fez a quase totalidade da apreensão de resíduos, resultante de duas inspeções, das quais resultaram dois autos de notícia por contraordenação.

Fonte: Green Savers



DESTAQUE LEGISLAÇÃO:

02 de Março - Resolução da Assembleia da República n.º 43/2026 - Recomenda ao Governo a aprovação de uma Estratégia Industrial Verde.

24 de Março - Resolução do Conselho de Ministros n.º 58/2026 - Aprova o Plano de Ação para a Economia Circular 2025-2030.

ALERTAS ÚTEIS:

Foi notícia e destacamos...

Nova Norma para adaptação às alterações climáticas

Trata-se da ISO 14092:2026, que substitui a anterior ISO/TS 14092:2020 e eleva a categoria de especificação técnica a norma internacional, com atualização de práticas e orientações adicionais para apoiar a implementação de medidas de adaptação e controlo dos impactos de fenómenos climáticos extremos a que as regiões estão cada vez mais sujeitas.

O objetivo é fornecer uma ferramenta que ajude as organizações a projetar, implementar e monitorizar planos de adaptação e melhoria contínua no que diz respeito à minimização dos riscos adversos do clima, relacionados com inundações, ondas de calor, secas, erosão costeira, entre outros.

A ISO 14092:2026 é dirigida a qualquer organização, incluindo governos ou estruturas da administração regional ou local, com responsabilidades no controlo de riscos e impactos climáticos, associados à gestão do território, infraestruturas ou serviços específicos.

Nota: Mais informação em iapmei.pt

SAIBA MAIS:

COMEMORAÇÕES DO MÊS:

- 22 - Qua - Dia Mundial da Terra
- 25 - Sáb - Dia da Liberdade
- 28 - Ter - Dia Nacional da Prevenção e Segurança no Trabalho